



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO  
Comissão de Acessibilidade

## **ATA 499**

### **ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO - COACI TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO**

**Data:** 14 de julho de 2025

**Horário:** 14h

**Local:** Plataforma virtual

**Presença:**

- Juíza Federal Substituta Natália Floripes Diniz – Presidente da COACI
- Juíza Federal Fátima Aurora Guedes Afonso Archangelo, Vice-Presidente da COACI;
- Juíza Federal Ana Paula Rodrigues Mathias – Representante indicada pela Presidência
- Mariluce Maria dos Santos, representante da área de Acessibilidade e Inclusão;
- Danielle Schmidt Dolci, representante da área de Sustentabilidade;
- Ciesio José de Sousa Junior, representante da área de Tecnologia da Informação;
- Francine Figueiredo, representante da Escola de Magistratura e secretária da COACI.

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às 14h, realizou-se reunião ordinária da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, sob a presidência da Juíza Federal Substituta Natália Floripes Diniz, Presidente da Comissão.

#### **1. Estudo sobre acessibilidade nas unidades da 1ª e 2ª instâncias**

Foi discutido o processo SEI nº 0003957-85.2025.4.06.8000, referente ao requerimento de estudo e monitoramento organizacional atualizado sobre acessibilidade nas unidades da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 6ª Região.

A Comissão deliberou pela necessidade de compilar as informações disponíveis, com vistas à construção de um programa institucional de acessibilidade, com planos de ação específicos para cada subseção. Reforçou-se que a solicitação de laudos técnicos deve estar alinhada a objetivos concretos e estratégicos.

A Juíza Federal Substituta Natália Floripes Diniz destacou a importância de identificar as obras em andamento e analisar a possibilidade de adaptações acessíveis, antes da conclusão das intervenções físicas. Foi proposto o agendamento de reunião com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DIEAR) após o recebimento dos dados consolidados pela Comissão de Sustentabilidade.

#### **2. Obras, normativos e encaminhamentos técnicos**

Foi debatida a inclusão de sanitários neutros para pessoas transgênero. A Juíza

Federal Fátima Aurora sugeriu verificar normativos da DPU e do MPF sobre o tema. A Presidente Natália Floripes Diniz propôs a formalização das demandas à DIEAR via SEI, dentro do processo já em curso, incluindo:

- levantamento das obras em andamento,
- avaliação quanto à acessibilidade,
- sugestão de banheiros acessíveis e neutros,
- e outras providências técnicas.

Será elaborado um relatório detalhado, a ser enviado à Divisão de Engenharia e Arquitetura (DIEAR), com base nos dados disponíveis.

### **3. Capacitação e orçamento**

A representante Danielle Schmidt Dolci reforçou a possibilidade de utilizar cursos gratuitos de escolas de governo para capacitação imediata dos servidores. A representante Mariluce Maria dos Santos informou que o orçamento atual não contempla a contratação de intérpretes de Libras, mas que a partir de 2026 haverá rubrica orçamentária específica para acessibilidade. A Juíza Federal Fátima Aurora lembrou que a ENFAM dispõe de formadores capacitados, que podem ser convidados a contribuir com ações educativas.

### **4. Evento institucional – Dia Internacional das Pessoas com Deficiência**

Ficou definido que o evento institucional da Comissão será realizado no dia 3 de dezembro de 2025, em alusão ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1992, com o objetivo de promover a compreensão das questões da deficiência e mobilizar apoio à dignidade, aos direitos e ao bem-estar das pessoas com deficiência.

A Comissão propôs articular ações com as comissões de acessibilidade do TJMG e TRE-MG, e a Juíza Federal Fátima Aurora defendeu que o evento seja construído com base na escuta do público interno, para alinhamento às expectativas e realidades institucionais.

O representante Ciesio José de Sousa Junior enfatizou que a programação deve contemplar temas como diversidade, inclusão e representatividade, com atenção à escolha dos(as) palestrantes.

A representante Mariluce Maria dos Santos sugeriu a utilização do Banco Nacional de Talentos do CNJ, bem como a identificação de talentos internos no TRF6, para participação ativa no evento.

Todos os presentes concordaram com a necessidade de refletir sobre o formato do evento, considerando possibilidades como mesa redonda, roda de conversa, painéis com relatos de experiências e oficinas.

### **5. Encaminhamentos**

- A Comissão aguardará a conclusão da compilação de dados pela Comissão de Sustentabilidade;
- Será elaborado e enviado relatório à DIEAR via SEI nº 0003957-85.2025.4.06.8000;
- Após a entrega do material consolidado, será agendada reunião com a DIEAR;
- O evento será realizado no dia 3 de dezembro de 2025, com possível participação das Comissões de Acessibilidade e Inclusão do TJMG e do TRE-MG;
- Será avaliada a escuta do público interno sobre temas de interesse e o uso de talentos internos e do CNJ;
- A próxima reunião da Comissão será dedicada à análise dos dados compilados e à formatação do evento institucional.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que será assinada por todos os presentes.

**Juíza Federal Substituta Natália Floripes Diniz – Presidente da COACI**

**Juíza Federal Fátima Aurora Guedes Afonso Archangelo, Vice-Presidente da COACI;**

**Juíza Federal Ana Paula Rodrigues Mathias – Representante indicada pela Presidência**

**Mariluce Maria dos Santos, representante da área de Acessibilidade e Inclusão;**

**Danielle Schmidt Dolci, representante da área de Sustentabilidade;**

**Ciesio José de Sousa Junior, representante da área de Tecnologia da Informação;**

**Francine Figueiredo, representante da Escola de Magistratura e secretária da COACI.**



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Floripes Diniz, Presidente da Comissão**, em 16/07/2025, às 18:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ciesio Jose de Sousa Junior, Técnico Judiciário**, em 06/10/2025, às 15:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mariluce Maria dos Santos, Técnico Judiciário**, em 09/10/2025, às 14:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fatima Aurora Guedes Afonso Archangelo, Presidente da Comissão**, em 16/10/2025, às 20:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1312896** e o código CRC **416281A6**.